

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS

ANA BEATRIZ SILVA TRAJANO

EDUCAÇÃO POPULAR – CONTRIBUIÇÕES À RESSOCIALIZAÇÃO DE
JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO CENTRO EDUCACIONAL PARA
JOVENS (CEJ)

JOÃO PESSOA - PB

2024

ANA BEATRIZ SILVA TRAJANO

EDUCAÇÃO POPULAR – CONTRIBUIÇÕES À RESSOCIALIZAÇÃO DE
JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO CENTRO EDUCACIONAL PARA
JOVENS (CEJ)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba, sob a orientação da professora
Maria Margareth de Lima.

JOÃO PESSOA - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T768e Trajano, Ana Beatriz Silva.

Educação popular - contribuições à ressocialização de jovens em conflito com a lei no Centro Educacional para Jovens (CEJ) / Ana Beatriz Silva Trajano. - João Pessoa, 2024.

38 f.

Orientação: Maria Margareth de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação popular. 2. Projeto político pedagógico.
3. Ressocialização. I. Lima, Maria Margareth de. II.
Título.

UFPB/CE

CDU 37.018.8(043.2)

ANA BEATRIZ SILVA TRAJANO

EDUCAÇÃO POPULAR – CONTRIBUIÇÕES À RESSOCIALIZAÇÃO DE
JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO CENTRO EDUCACIONAL PARA
JOVENS (CEJ)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba, sob a orientação da professora
Maria Margareth de Lima.

Aprovada em: 30 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MARIA MARGARETH DE LIMA
Data: 03/11/2024 23:07:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Margareth de Lima (orientadora)

Documento assinado digitalmente
 LUCIANO DE SOUSA SILVA
Data: 04/11/2024 10:08:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. Luciano de Sousa Silva (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 ALEXANDRE MACEDO PEREIRA
Data: 04/11/2024 14:34:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira (UFPB)

JOÃO PESSOA - PB
2024.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão, em primeiro lugar, a Deus por me capacitar e me fortalecer ao longo toda a minha jornada e trajetória durante a graduação. Em segundo lugar, sou profundamente grato aos meus pais, José, Fábio, Fabiana e Emiliano, por todo o esforço, amor e orientação que me proporcionaram desde o dia em que nasci, e por nunca ter desistido de mim. Nada disso seria possível sem o apoio de vocês. Espero, um dia, poder retribuir todo esse empenho por meio dos meus estudos.

Gratidão às minhas irmãs, Karol e Giovanna, pelo companheirismo e amor incondicionais. Agradeço também aos meus tios e tias, Maria, Maiele, Nyeli, Zé Filho e Alan, por todo o incentivo, carinho e conselhos valiosos, além de me mostrarem, através do exemplo, que a educação transforma vidas. Cada palavra de vocês foi essencial para meu amadurecimento e para me lembrar do quanto sou capaz.

Agradeço à minha prima Claudiana por toda a paciência e dedicação durante minha alfabetização. Minha gratidão também vai para minha amiga e prima do coração, Camila, por ter me proporcionado a oportunidade de realizar trabalho voluntário em uma das creches de nossa cidade, Cajazeiras, Paraíba. Essa experiência foi fundamental para meu crescimento pessoal e despertou em mim o interesse pela educação e pelo curso de Pedagogia.

Agradeço profundamente às minhas amigas que tive a alegria de conhecer ao longo dessa jornada: Heloiza, Jamyle, Beatriz e Cynthia. Vocês sempre estiveram presentes, tornando os momentos mais leves e cheios de amor. Nossas trocas foram e continuam sendo verdadeiramente incríveis. E as minhas queridas amigas Sofia e Vitória seres especiais que foram enviados pelo Senhor, obrigada por toda palavra de carinho e apoio. Gratidão ao meu namorado, Caio, por todo o apoio, encorajamento, cuidado e amor. Sua presença foi indispensável e essencial dessa jornada. Sem você, essa caminhada teria sido ainda mais desafiadora.

Sou extremamente grata a minha professora e orientadora, Maria Margareth, por toda cumplicidade, paciência e humanidade, pelos conselhos, ensinamentos e incentivo, eu espero que todas as universidades públicas possam ter ao menos uma professora como a senhora. Obrigada por fazer a diferença!

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade Federal da Paraíba por fazer parte da minha jornada, sempre a verei com muito carinho.

RESUMO

Este trabalho investiga as possíveis contribuições da Educação Popular (EP) para a ressocialização de jovens atendidos pelo Centro Educacional para Jovens (CEJ), a partir de uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. A questão de pesquisa busca identificar se o PPP do CEJ tem a Educação Popular como referência para contribuir com o processo de ressocialização dos jovens em conflito com a lei. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, utilizando análise documental e revisão bibliográfica. A análise documental examina o Projeto Pedagógico do CEJ com base nos princípios da EP, enquanto o estudo bibliográfico fornece suporte teórico para a compreensão da educação socioeducativa. O referencial teórico central é a obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, que fundamenta a interpretação das práticas do CEJ com foco em uma educação crítica, dialógica e emancipatória. Outros textos relevantes incluem *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*, organizado por Danilo R. Strech e Maria Teresa Esteban, e *Adolescentes em Conflito com a Lei*, de Paulo C. Duarte Paes e Sandra Maria Francisco de Amorim, que abordam temas relacionados à ressocialização e ao desenvolvimento da consciência crítica. A análise sugere que, embora o PPP do CEJ não adote integralmente uma perspectiva freireana, a aplicação dos princípios da Educação Popular poderia aprimorar as práticas educativas, promovendo um ambiente mais inclusivo e crítico, favorecendo a formação cidadã e o desenvolvimento da autonomia dos jovens atendidos.

Palavras-chave: Educação do Popular; Projeto Político Pedagógico; ressocialização

ABSTRACT

This paper investigates the possible contributions of Popular Education (PE) to the resocialization of young people served by the Educational Center for Young People (CEJ), based on a critical analysis of the institution's Political Pedagogical Project (PPP). The research question seeks to identify whether the CEJ's PPP uses Popular Education as a reference to contribute to the resocialization process of young people in conflict with the law. The methodology adopted is qualitative and descriptive, using documentary analysis and bibliographic review. The documentary analysis examines the CEJ's Pedagogical Project based on the principles of PE, while the bibliographic study provides theoretical support for understanding socio-educational education. The central theoretical reference is Paulo Freire's work *Pedagogy of the Oppressed*, which underpins the interpretation of CEJ's practices with a focus on critical, dialogical and emancipatory education. Other relevant texts include *Popular Education: a place for collective social construction*, organized by Danilo R. Strech and Maria Teresa Esteban, and *Adolescents in Conflict with the Law*, by Paulo C. Duarte Paes and Sandra Maria Francisco de Amorim, which address issues related to resocialization and the development of critical consciousness. The analysis suggests that, although the CEJ PPP does not fully adopt a Freirean perspective, the application of the principles of Popular Education could improve educational practices, promoting a more inclusive and critical environment, favoring the formation of citizenship and the development of autonomy of the young people served.

Keywords: Popular Education; Political Pedagogical Project; resocialization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CENTRO EDUCACIONAL DO JOVEM: contexto, estrutura e diretrizes do projeto políticopedagógico	11
3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA: caminhos para a ressocialização de sujeitos ativos	17
3.1 RESSOCIALIZAÇÃO JUVENIL: desafios e estratégias transformadoras.....	26
3.2 Projetos Culturais no CEJ/FUNDAC.	26
3.3 Profissionalização no Processo de Ressocialização.....	35
4. Resultados da Pesquisa: consonâncias e dissonâncias.	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A ressocialização de jovens em conflito com a lei é um desafio enfrentado pelas instituições socioeducativas no Brasil, exigindo práticas pedagógicas que viabilizem a reintegração social desses adolescentes de forma efetiva. O Centro Educacional para Jovens (CEJ) se destaca por buscar implementar estratégias educativas voltadas para esse objetivo. Nesse contexto, a Educação Popular (EP), fundamentada nos princípios da pedagogia de Paulo Freire, apresenta-se como uma proposta relevante, ao priorizar o diálogo, a conscientização, a construção da autonomia e a participação ativa dos sujeitos no processo educativo. Este estudo toma como ponto de partida a seguinte questão de pesquisa: O PPP do CEJ tem a Educação Popular como referência para contribuir com o processo de ressocialização dos jovens em conflitos com a lei? Tem como objetivo identificar possíveis contribuições da EP para a ressocialização dos jovens atendidos pelo CEJ, por meio de uma análise crítica de seu Projeto Pedagógico.

A escolha de identificar as contribuições da Educação Popular no Projeto Político Pedagógico do CEJ justifica-se pela urgência em encontrar estratégias pedagógicas que superem a lógica punitiva tradicional, possibilitando um exercício de autonomia e libertação para os oprimidos na perspectiva da reintegração social. A Educação Popular, com sua pedagogia voltada para a autonomia, a emancipação e o desenvolvimento da consciência crítica, possibilita uma abordagem diferenciada e promissora ao processo de educação de jovens nesse contexto. Ao valorizar o sujeito em sua integralidade e fomentar sua participação ativa na construção do conhecimento, a Educação Popular pode contribuir significativamente para o fortalecimento de processos educativos mais humanizadores. Assim, este estudo pretende contribuir com as discussões sobre o papel da educação no âmbito da ressocialização, fornecendo subsídios teóricos e práticos que possam não apenas aprimorar as ações pedagógicas do CEJ, mas também expandir o debate sobre a importância de uma educação transformadora em contextos socioeducativos.

Tomamos como referência uma concepção de ressocialização em consonância com Eloisa Veloso Rodriguez Tapia, que a compreende como um princípio essencial ao Estado Democrático de Direito fundamental à participação política e social dos cidadãos. Para ela, “cabe ao Estado garantir que o cidadão infrator retorne adequadamente à sociedade, o reinserindo numa situação melhor do que a original, que era de desadaptação, refletida no cometimento de um delito”. (TAPIA, 2015, p.06)

A presente pesquisa, intitulada “Educação Popular – Contribuições à Ressocialização de Jovens em Conflito com a Lei no Centro Educacional para Jovens (CEJ)”, surgiu do crescente interesse e admiração da autora pela área da Educação

Popular, desenvolvidos durante o terceiro período da disciplina de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Esse interesse foi fortalecido pelo estágio não obrigatório realizado na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, no setor da Gerência Executiva de Direitos Humanos, onde a autora teve contato direto com temas relacionados à garantia de direitos de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade. Além disso, sua participação em eventos promovidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (SINASE) contribuiu significativamente para o aprofundamento da pesquisa.

A investigação adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, combinando análise documental e revisão bibliográfica. O estudo se concentra no Projeto Pedagógico do Centro Educacional para Jovens (CEJ), com o objetivo identificar possíveis contribuições da EP para a ressocialização dos jovens atendidos pelo CEJ, por meio de uma análise crítica de seu Projeto Pedagógico.

De acordo com Silmara Lösch (2023, p. 4), a abordagem qualitativa caracteriza-se por buscar compreender de forma mais específica os acontecimentos sociais, culturais e educacionais, considerando a subjetividade dos sujeitos. Essa abordagem é apropriada para esta pesquisa, pois permite uma compreensão das práticas pedagógicas e de seus impactos no contexto de ressocialização. A pesquisa assume um caráter descritivo, uma vez que procura detalhar as informações oriundas tanto das fontes documentais quanto das bibliográficas investigadas.

A análise documental tem como objetivo examinar o Projeto Pedagógico do CEJ à luz dos princípios da Educação Popular, buscando identificar possíveis contribuições desses princípios para a ressocialização dos jovens atendidos pelo CE. Princípios de Educação Popular em conformidade com a perspectiva teórica de Paulo Freire (2019), Danilo R. Strech e Maria Teresa Esteban (2013). O foco será identificar nas práticas pedagógicas propostas no PPP do CEJ o que incentiva a autonomia dos jovens, promove o diálogo crítico e estimula sua participação ativa para o seu processo de ressocialização.

A revisão bibliográfica complementar a análise documental ao explorar os fundamentos teóricos da Educação Popular e o seu uso no contexto do CEJ. Como principal referência, será utilizada a obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, que fornecerá a base teórica para a análise das práticas pedagógicas adotadas no CEJ. Além disso, serão consultadas as obras *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*, de Danilo R. Strech e Maria Teresa Esteban, e *Adolescentes em Conflito com a Lei*, de Paulo C. Duarte Paes e Sandra Maria Francisco de Amorim, que contribuirão para uma compreensão mais ampla das dinâmicas voltadas à ressocialização de jovens.

A análise cruzada entre o Projeto Pedagógico do CEJ e o referencial teórico

permitirá identificar desafios e potencialidades de uma proposta de Educação Popular nesse contexto. Com base nos dados coletados, o estudo pretende descrever e refletir sobre a proposta pedagógica do CEJ, à luz da Educação Popular, tendo em vista o processo de ressocialização, levando em consideração as especificidades dos jovens atendidos pelo CEJ.

2. Centro Educacional do Jovem: Contexto, Estrutura e Diretrizes do Projeto Político Pedagógico

O Centro Educacional do Jovem (CEJ) é o território de nossa pesquisa. Esse Centro Educacional está localizado na cidade de João Pessoa na Paraíba, é uma instituição voltada para a educação de jovens em situação de vulnerabilidade social e em processo de ressocialização. Suas raízes remontam ao Código de Menores, também conhecido como Código Mello Mattos, que marcou a regulamentação de leis voltadas à proteção e assistência de menores. Com o Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, o denominado “Código de Menores” fortaleceu um conjunto de medidas específicas para lidar com jovens considerados em situação de abandono ou delinquência. O artigo 1º desse decreto estabelece que “O menor de um ou de outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.” (Código de Menores, 1927, p. 1).

Vale destacar que o início do século XX foi marcado por intensas transformações econômicas e sociais, impulsionadas pela industrialização. Isto para dizer que esse processo acelerou o crescimento dos grandes centros urbanos, atraindo um grande contingente de migrantes das zonas rurais em busca de melhores condições de vida. No entanto, as cidades não estavam preparadas para essa onda migratória, o que resultou no aumento populacional e no surgimento de problemas como desemprego, prostituição, mendicância e a presença de crianças e adolescentes vivendo e trabalhando nas ruas. Essas crianças, muitas vezes abandonadas ou forçadas a trabalhar em condições precárias, tornaram-se alvo das políticas públicas implementadas pelo “Código de Menores”, que buscava controlar e reabilitar aqueles considerados uma ameaça à ordem social (PPP, CEJ, 2019, p. 25).

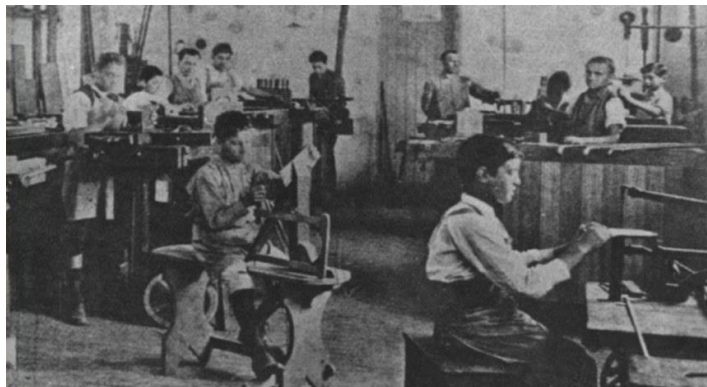


Imagem: Crianças trabalham em fábrica de sapatos no início do século 20
(Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro).

Diante desse cenário urbano de crescente desigualdade social e marginalização das classes mais pobres, consolidou-se a ideia de que a educação deveria desempenhar um papel central no desenvolvimento da população em situação de vulnerabilidade. A educação passou a ser vista como o principal instrumento capaz de promover mudanças na conduta e no futuro dessas pessoas, especialmente crianças e adolescentes provenientes de famílias empobrecidas. Assim, o Código de Menores de 1927 delegou ao Estado a responsabilidade de não apenas instruir, mas também de buscar corrigir o comportamento desses jovens considerados em risco social.

O Código reflete com clareza a visão predominante da sociedade da época em relação às crianças e adolescentes pobres, frequentemente vistos como potenciais delinquentes. Havia uma percepção generalizada de que esses menores, provenientes de classes sociais mais vulneráveis, representavam uma ameaça à ordem social. As políticas voltadas para a infância, em vez de priorizarem a proteção e o desenvolvimento, focavam principalmente na "correção" de comportamentos considerados inadequados. Essas crianças e adolescentes eram tratados como indivíduos que necessitavam de disciplina, sendo submetidos a rigorosos processos de controle social e moral, com o objetivo de "reabilitá-los" e, posteriormente, reintegrá-los à sociedade. O foco, portanto, estava muito mais na punição e disciplina do que na promoção de seus direitos e na assistência social.



Fonte: Senado Federal, 2015.

Em 13 de julho de 1990, houve um importante marco decisivo na trajetória das

políticas públicas voltadas à infância e adolescência no Brasil: a criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a Lei nº 8.069. Esse estatuto representou uma transformação significativa no tratamento de crianças e adolescentes, rompendo com as políticas anteriores voltadas à contenção social e disciplina. O ECA trouxe uma nova perspectiva, reafirmando o compromisso com a proteção, o desenvolvimento e a inclusão social desses indivíduos, muitas vezes estigmatizados como perigosos (PPP, CEJ, 2019, p. 26).



Imagem: Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1979. (Mistério Público do Paraná)

Além disso, o ECA estabeleceu uma rede de proteção social para crianças e adolescentes em conflito com a lei, implementando medidas socioeducativas voltadas à reintegração à sociedade, em vez de focar unicamente na punição. As medidas previstas pelo ECA, no artigo nº 112, são direcionadas à ressocialização, oferecendo acesso a programas de apoio e desenvolvimento pessoal que promovam a reintegração social (ECA, 1990).

O Centro Educacional do Jovem (CEJ), conforme descrito em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2019, desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), é uma instituição voltada à educação e ao desenvolvimento integral de jovens em situação de vulnerabilidade social ou em processo de reabilitação. Destaca que tem como papel central promover a inclusão social por meio da educação, profissionalização e crescimento pessoal, com o objetivo de oferecer a esses jovens as condições necessárias para que construam uma trajetória de vida digna e autônoma (PPP, CEJ, 2019, p. 16).

Fundado em 1974, o CEJ, inicialmente denominado Centro de Estudo do Menor e Integração da Comunidade (CEMIC), era voltado ao atendimento de menores em situação de vulnerabilidade. O CEMIC atuava em conjunto com o Plano de Prevenção, instrumento da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com foco na

prevenção de situações de risco social para crianças e adolescentes, promovendo sua integração à comunidade (PPP, CEJ, 2019, p. 14).

Vale ressaltar que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, com especial atenção do Estado. A criação do ECA, em 1990, trouxe uma nova política de atendimento à criança e ao adolescente. Houve, assim, a necessidade de atualizar a Lei nº 3.815, de 25 de novembro de 1975 da Fundação do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC) para a Lei nº 5.743, de 09 de junho de 1993. Isso gerou mudanças estruturais, administrativas e pedagógicas, a fim de atender às diretrizes do ECA.

Nesse contexto, emerge o Projeto Político-Pedagógico (PPP), um novo documento para orientar as práticas pedagógicas do CEJ. Esse documento se apresenta com a incumbência de sistematizar as propostas de programas que vão desde a educação básica até cursos técnicos e profissionalizantes, planejados na pretensão de preparar os jovens de maneira eficiente para o mercado de trabalho. O PPP se coloca como alicerçado em valores éticos e morais, com foco na afirmação dos direitos humanos, promoção da democracia e da liberdade, visando à formação crítica e responsável (PPP, CEJ, 2019, p. 18).

Do ponto de vista dos marcos legais, esse documento está baseado nos princípios de proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes fundamentados em normas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUOC) e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CIDC). No contexto brasileiro, são reforçados pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essas legislações garantem o atendimento socioeducativo, assegurando a proteção integral dos jovens, com respeito à diversidade e aos direitos humanos como princípios centrais da Política de Atendimento da Socioeducação.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CEJ aponta como missão proporcionar atendimento aos jovens em privação de liberdade, de acordo com as normas do SINASE. As políticas sociais nas áreas de Assistência, Saúde, Educação, Justiça e Segurança, alicerçadas nos direitos humanos e na diversidade, são fundamentais para esse processo. Ressalta que busca garantir um “atendimento contínuo por meio de uma gestão colaborativa com a comunidade socioeducativa, promovendo o desenvolvimento integral dos jovens. Incentiva-se a cidadania, a reformulação do projeto de vida dos adolescentes e sua inclusão social, sempre com base nos direitos humanos” (PPP, CEJ, 2019, p. 45).

Os programas do CEJ, conforme o referido documento, têm o “objetivo de

reintegrar os jovens de maneira saudável e produtiva à sociedade, baseados em princípios pedagógicos que promovem o respeito à dignidade humana, a corresponsabilidade social e a construção de uma nova perspectiva de vida” (PPP, CEJ, 2019, p. 45). Descreve que, além das atividades acadêmicas, amplia sua oferta com projetos culturais, esportivos e de cidadania, com atividades para a formação integral dos jovens, incentivando o desenvolvimento de habilidades e valores como ética, respeito, responsabilidade e trabalho em equipe.

Nesses termos, o CEJ apresenta-se como uma resposta à necessidade de educar e "corrigir" o comportamento de jovens marginalizados, buscando ser uma alternativa ao ciclo de pobreza e criminalidade. Coloca como preponderante a criação de novas oportunidades aos jovens por meio da educação, para superar os desafios aos quais estão imersos e lhes garantir o desenvolvimento pessoal e a profissionalização, com vistas à inclusão social e à dignidade.

O direito à educação dos jovens em condição de vulnerabilidade deve ser garantido, conforme assegura a Constituição Federal de 1988. O artigo 205 descreve: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." Nesse sentido, reconhece-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito essencial, que deve ser acessível e inclusiva, combatendo o analfabetismo e promovendo a igualdade de oportunidades (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Nessa direção, o Centro Educacional para Jovens (CEJ) criou a *Escola Cidadã Integral Socioeducativa* com a finalidade de oferecer condições adequadas para o desenvolvimento educacional dos socioeducandos. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) descreve a intenção de proporcionar um ambiente favorável para o aprendizado, considerando as necessidades específicas dos jovens em regime socioeducativo. De acordo com o documento, a modalidade EJA foi implementada pela FUNDAC em 2017, com o “objetivo de atender às particularidades pedagógicas desses educandos, respeitando as diferenças entre idade e série escolar e assegurando o acesso a uma educação de qualidade” (PPP, CEJ, 2019, p. 60).

As ações educativas nos Centros da FUNDAC, conforme descrito no PPP, são baseadas nas bases legais da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta define o processo educacional de forma ampla, que se desenvolve não apenas na escola, mas no trabalho, na família e nas interações culturais e sociais (LDB, 1996). A educação é, portanto, uma construção coletiva, resultado da contribuição da família, da sociedade e do Estado.

Nesse ponto, trazemos Paulo Freire para refletir sobre o papel da educação na vida desses jovens em condição de vulnerabilidade. Condição que exige uma educação preocupada em construir uma consciência crítica por meio de um processo de ensino que considera a problemática do educando a partir de sua realidade concreta. Isso implica em uma relação horizontal, na qual o educador e o educando compartilham e constroem o conhecimento de maneira dialógica (FREIRE, 2019, p. 116).

Embora o PPP da FUNDAC busque orientar as práticas pedagógicas segundo os princípios da LDB, observa-se que essas práticas muitas vezes têm pouco impacto na vida dos jovens em processo de ressocialização. Ainda que os documentos estabeleçam o objetivo de emancipar e transformar a vida desses jovens, promovendo sua reintegração social e oferecendo oportunidades de desenvolvimento, a execução dos projetos nem sempre corresponde a essas expectativas. A implementação das ações enfrenta obstáculos, como a falta de recursos, a insuficiência de capacitação profissional e a ausência de um acompanhamento individualizado e contínuo, o que compromete o atendimento às necessidades específicas dos jovens.

Além disso, o fracasso das práticas pedagógicas pode estar relacionado a outros fatores, como a falta de alinhamento com a realidade e as necessidades dos jovens. Muitos programas não consideram as questões culturais, sociais e emocionais dos educandos, focando apenas em metas quantitativas ao invés de promover mudanças reais na vida dos jovens. A ressocialização exige um conjunto de fatores sociais, econômicos e psicológicos que transcendem o ambiente escolar e educativo, envolvendo questões estruturais que limitam o alcance das práticas pedagógicas.

É, portanto, fundamental que os educadores e os demais profissionais envolvidos no processo de ressocialização possuam a formação específica necessária para lidar com as complexidades dos jovens em situação de vulnerabilidade. A ausência de uma pedagogia dialógica e crítica resulta em práticas pedagógicas incapazes de promover mudanças reais. Sem uma transformação significativa nas circunstâncias estruturais, como uma educação de qualidade, oportunidades de emprego e uma rede de apoio social, o processo de ressocialização permanece limitado.

Nesse contexto, é indispensável que os projetos pedagógicos estejam alinhados a realidade em que os jovens estão inseridos, oferecendo, além da educação, suporte social, psicológico e oportunidades reais do que é possível chamar de reintegração social ou ressocialização. Para tanto a adoção de uma pedagogia emancipatória, que respeite as singularidades dos educandos e promova a autonomia dos indivíduos, é essencial para superar limitações e transformar efetivamente a vida desses jovens. Como Paulo Freire afirma (2019), é necessário um projeto pedagógico que exercite uma relação

horizontal em sua prática educativa, entendendo que educadores e educandos constroem o conhecimento de forma dialógica.

Essa visão pedagógica proporciona autonomia aos educandos, com os educadores desempenhando um papel fundamental, especialmente em contextos socioeducativos. O educador deve reconhecer a complexidade do indivíduo e promover seu desenvolvimento integral, tanto intelectual quanto social e emocional. A educação torna-se, assim, um processo de (re)humanização, no qual se reavaliam as práticas pedagógicas para promover o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral.

Nesses termos, compreendemos que o desenvolvimento pessoal e social dos educandos é prioritário para a transformação de suas vidas e dos espaços em que estão inseridos. A educação pode estimular reflexões críticas e sociais, permitindo que os jovens em processo de ressocialização se tornem cidadãos ativos e conscientes de seu lugar no mundo. Uma educação libertadora, conforme defende Paulo Freire, é comprometida com a participação ativa, incentivando a reflexão crítica e a ação consciente. O processo de (re)humanização exige compromisso com a transformação social e vai além da reformulação de práticas pedagógicas, necessitando também de mudanças nas relações sociais. Nesse sentido, Freire afirma que "o ensino deve ser um ato de consciência crítica" (FREIRE, 2019, p. 141), exigindo um currículo integrado a questões sociais e culturais que ajude os educandos a compreender e questionar sua realidade, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento pessoal e social.

3. Práticas Pedagógicas para o Desenvolvimento da Autonomia: Caminhos para a ressocialização de sujeitos ativos

A Educação Popular emerge como uma prática política e pedagógica oriunda das lutas dos movimentos sociais de trabalhadores, especialmente entre o final do século XIX e início do século XX, que reivindicavam melhores condições de vida. Esses grupos, compostos por operários e camponeses, viviam em contextos de exclusão social, desigualdade e marginalização. Assim, a educação foi vista como parte essencial do processo de organização das classes, resistência e conscientização para enfrentar essas realidades. Segundo Maria Gohn (2013, p. 33), "os sujeitos se constituem no processo de interação com outros sujeitos, em instituições privadas, públicas, estatais ou não."

Desse modo, a Educação Popular se coloca como resposta às práticas pedagógicas tradicionais, ao compreender que a transformação social se concretiza a partir das relações sociais e da reflexão sobre as próprias experiências dos indivíduos. Essa abordagem proporciona condições para que possam desenvolver uma

compreensão crítica, autonomia e capacidade de transformar suas realidades, rejeitando o modelo tradicional que adota uma neutralidade pedagógica como mera transmissão de conhecimento. Freire defende que o processo educativo deve se pautar na conscientização crítica e dialógica dos sujeitos. Para ele, “todo ato educativo é político e põe em evidência as relações intrínsecas entre o conhecimento e o poder” (FREIRE apud CARRILLO, 2013, p. 24).

A partir dessa perspectiva, vale destacar que a Educação Popular é intrinsecamente dialética, em constante desenvolvimento e transformação, conforme as realidades sociais vividas. Trata-se de uma prática educativa dinâmica, que busca adaptar-se e reinventar-se de acordo com as demandas e mudanças sociais, sem exigir que os educandos se moldem ao ensino tradicional neoliberal. A prática pedagógica dialógica só se torna possível com a participação ativa e colaborativa de todos os envolvidos no processo educativo, baseando-se na correlação entre educando e educador. Há uma valorização da relação de igualdade entre educadores e educandos, na qual ambos aprendem mutuamente, construindo saberes a partir de suas vivências, tradições e realidades concretas (GOHN, 2013, p. 35).

Esse tipo de educação implica uma troca constante entre as partes, sendo moldada, principalmente, pela coletividade e participação dos educandos. Os educadores desempenham o papel de mediadores das experiências pedagógicas, das situações e dos conflitos. Dessa forma, promove-se uma cultura de inclusão, participação e diálogo entre os pares, rompendo com as barreiras hierárquicas e fortalecendo o saber compartilhado, que contribui diretamente para a autonomia dos sujeitos. Maria da G. Gohn (2013, p. 47) afirma que se trata de “um processo sociocultural e histórico, que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios”.

Outro pilar essencial da Educação Popular é a ação pedagógica voltada para a emancipação social e política de indivíduos historicamente oprimidos e marginalizados. A Educação Popular transcende a mera metodologia de ensino, configurando-se como uma prática política comprometida com a transformação profunda da sociedade. Não se limita ao desenvolvimento de instrução formal, mas inclui a construção de processos de conscientização crítica e de organização coletiva. Segundo Alfonso Torres Carrillo, essa prática envolve “reconhecer o potencial emancipatório das práticas e dos saberes que emergem dessas experiências educativas populares” (CARRILLO, 2013, p. 16). Assim, a Educação Popular fundamenta-se na valorização do saber popular e na construção de uma pedagogia que promove autonomia e ação coletiva, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa emancipação abrange dois aspectos fundamentais: a libertação das

condições materiais que perpetuam a opressão e o desenvolvimento de uma consciência crítica. A partir dessa consciência crítica, os educandos compreendem a fundo sua realidade e questionam as estruturas sociais e econômicas que os marginalizam. O objetivo dessa ação pedagógica é formar sujeitos autônomos, capazes de agir coletivamente para transformar a sociedade e sua condição de oprimidos. Esse processo de conscientização, no entanto, não ocorre de imediato; trata-se de um processo gradual de desconstrução de ideais e acomodações construídos ao longo da vida. Freire destaca que “o processo de conscientização que está implicado nesta nova realidade possibilita aos indivíduos e grupos vislumbrarem um mundo de liberdade, justiça e igualdade” (FREIRE apud GOHN, 2013, p. 37).

Durante o processo de conscientização, entende-se que a transformação não deve ser concedida de forma passiva; ela deve ser conquistada pelos próprios educandos, através da participação ativa tanto no processo educativo quanto nas lutas sociais, tornando-os protagonistas de sua própria emancipação. Assim, o caminho da conscientização é traçado por descobertas e construído coletivamente, por meio do diálogo e da reflexão crítica, permitindo que os sujeitos reconheçam suas condições e moldem suas estruturas sociais.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Centro Educacional para Jovens (CEJ), localizado em João Pessoa - Paraíba, as práticas pedagógicas dessa unidade, direcionadas à execução de medidas de privação de liberdade, devem assegurar aos jovens o acesso a direitos e oportunidades de superação de suas condições de exclusão social. Essas práticas objetivam promover a ressignificação da vida e oferecer elementos significativos para que os jovens participem ativamente na sociedade (PPP, 2019, p. 100). Nesse contexto, a educação na unidade não se limita aos objetivos acadêmicos, mas estende-se a aspectos éticos, focando no desenvolvimento de valores que orientarão os jovens a construir trajetórias de vida mais inclusivas e cidadãs (PPP, 2019, p. 100).

Nesse contexto, a medida socioeducativa possui uma dupla dimensão: a jurídico-sancionatória, que envolve o cumprimento da medida imposta pela justiça, e a ético-pedagógica, voltada para a reeducação e reintegração dos jovens. Para que a reintegração seja efetiva, a gestão pedagógica deve considerar o princípio da incompletude institucional. Isso significa que a educação dos adolescentes deve incluir, de forma complementar, programas e serviços sociais, garantindo que o jovem não apenas cumpra sua sanção, mas também tenha acesso a oportunidades que possibilitem sua transformação social e pessoal. Assim, para que ocorra a inclusão dos jovens, é necessário um conjunto de ações pedagógicas interligadas que promovam não apenas a escolarização, mas também o desenvolvimento integral dos adolescentes. Esse

desenvolvimento pode ser alcançado mediante a participação em serviços que auxiliem na construção de uma nova identidade e no rompimento do ciclo de exclusão e marginalização.

Dessa forma, para que os objetivos indicados no PPP e no SINASE sejam alcançados, descrevem-se cinco dimensões de orientação das medidas socioeducativas, sendo elas:

- **Jurídica:** garante a observância das situações processuais e as providências necessárias para o cumprimento adequado da medida imposta pela justiça.
- **Saúde:** foca nas necessidades físicas e mentais dos adolescentes, proporcionando cuidados essenciais para seu desenvolvimento saudável.
- **Psicológica:** considera os desafios emocionais e psicológicos dos jovens, observando suas dificuldades, avanços e retrocessos durante o cumprimento da medida, com o objetivo de promover um acompanhamento adequado e individualizado.
- **Social:** ressalta a importância das relações sociais e familiares dos socioeducandos, buscando compreender e fortalecer fatores que facilitem a inclusão social.
- **Pedagógica:** foca na escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, atendendo aos interesses e necessidades dos adolescentes.

A partir dessas cinco dimensões, o PPP do PEJ ressalta que visa ressignificar a medida socioeducativa, proporcionando a construção de um projeto de vida com novas perspectivas, focando na reintegração social e no fortalecimento das capacidades individuais dos jovens (PPP, 2019, p. 98).

É importante destacar o princípio político penal da ressocialização do jovem como fator determinante para aplicação do princípio da humanização, conforme discute Marcus Vinicius A. Barros (2022, p.01).

diferentemente da substituição coativa dos valores do sujeito ou da manipulação de sua personalidade, consiste na tentativa de ampliar as possibilidades de sua participação na vida social, ou seja, oferecer alternativas ao comportamento criminoso. É necessária a livre aceitação do apenado ou submetido à medida de segurança, que não deve ser privado de sua dignidade de pessoa humana (BARROS, 2022, p. 01)).

Para tanto, é necessário planejamento estratégico da rotina nas Unidades de Atendimento Socioeducativo, assegurando e promovendo o desenvolvimento integral dos socioeducandos. Esse planejamento deve incluir desde o acolhimento inicial até atividades escolares, culturais, esportivas, de lazer, profissionalização, assistência jurídica e religiosa, além de atendimento técnico e de saúde. O Conanda enfatiza que “a

ação socioeducativa deve respeitar as fases do desenvolvimento integral do adolescente, considerando suas potencialidades, subjetividade, capacidades e limitações, garantindo a particularização no seu acompanhamento” (CONANDA apud PPP, 2019, p. 102). Essa estrutura tem como objetivo proporcionar uma rotina educativa baseada na presença constante dos educadores e na autonomia dos jovens no cumprimento da medida socioeducativa.

Para que as práticas pedagógicas sejam eficazes, é imprescindível que o corpo técnico multidisciplinar dedique atenção ao alinhamento dos planejamentos, visando resultados positivos através de uma articulação integrada entre os diversos setores do CEJ. A troca de informações entre os profissionais fortalece as ações pedagógicas, assegurando a correlação entre os diferentes programas e contribuindo para a solidificação do processo.

Dessa maneira, a rotina definida pela gestão do CEJ deve ser cuidadosamente planejada, com horários organizados para atividades cotidianas dos adolescentes, como alimentação, higiene pessoal, escolarização e atividades recreativas, essenciais para a formação de hábitos saudáveis e organização do tempo. A educação formal, uma das prioridades do CEJ e obrigatória para todos os adolescentes, deve ser adaptada às necessidades e condições individuais de cada socioeducando. Além disso, oficinas complementam o processo com atividades que visam o desenvolvimento da cidadania, respeitando as preferências e desejos dos jovens e proporcionando um atendimento mais particularizado e eficaz (PPP, 2019, p. 102).

Observa-se que a afirmação do PPP do CEJ revela uma fragmentação entre a educação formal e as demais ações socioeducativas, sugerindo que a formação cidadã é responsabilidade exclusiva da escolarização. Essa separação, no entanto, contraria os princípios da Educação Popular, que reconhece a educação como um processo integral e contínuo, atravessado por múltiplos espaços e agentes. Inspirada por Paulo Freire, a Educação Popular entende a formação cidadã como um processo que transcende a escola, ocorrendo em uma relação dialógica entre educandos, educadores e a comunidade. Nesse sentido, a proposta pedagógica do CEJ se distancia da concepção emancipatória e crítica que defende a co-responsabilidade de diferentes instâncias na construção da cidadania e no desenvolvimento humano integral.

Ao separar as funções, o PPP do CEJ reforça uma concepção bancária de educação, na qual a escola se torna o local exclusivo para a transmissão de conhecimentos e outras ações educativas são vistas como periféricas ou suplementares. Na perspectiva da Educação Popular, a educação cidadã é um processo contínuo e integrado em diferentes âmbitos da vida do sujeito, não se limitando a um currículo formal,

mas a uma construção coletiva e dialógica que reconhece as experiências e saberes prévios dos sujeitos como fundamentais para a transformação.

Assim, o desalinhamento com os princípios da Educação Popular no PPP do CEJ pode ser visto como uma limitação na capacidade de promover uma formação cidadã crítica e emancipatória. Ao reduzir a potencialidade educativa de outras práticas e ações sociais, e restringir o desenvolvimento cidadão ao espaço escolar, o PPP não contempla plenamente a complexidade das vidas dos jovens em contexto socioeducativo, deixando de lado uma abordagem mais ampla e transformadora da educação como prática de liberdade.

Conforme o referido documento curricular do CEJ, observa-se uma preocupação com a inclusão e a diversidade nas atividades de lazer, esporte e cultura oferecidas aos jovens em situação de vulnerabilidade. Vejamos: “(...) as atividades de lazer, esporte e cultura devem ser planejadas de maneira que levem em consideração a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual dos jovens” (PPP, 2019, p. 102).

Essa ênfase reflete uma tentativa de alinhar essas práticas com uma visão mais inclusiva e socialmente consciente, reconhecendo a pluralidade dos sujeitos. Contudo, é importante observar que a efetividade dessas ações depende da implementação prática dessas diretrizes no cotidiano.

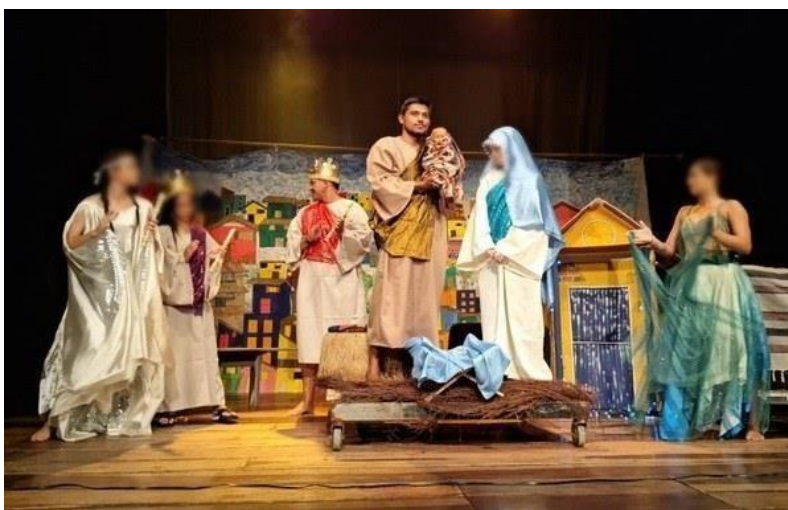
A proposta de atribuir valor educativo aos momentos de lazer e cultura é positiva, pois transforma-os em oportunidades de desenvolvimento pessoal e integração social. Para que isso ocorra, é imprescindível que as metodologias aplicadas promovam de fato a inclusão de maneira sensível às múltiplas identidades dos adolescentes. A ausência de uma abordagem inclusiva pode reforçar preconceitos e exclusões, limitando o impacto dessas atividades.

Além disso, a criação de um ambiente de aceitação e respeito às diferenças exige mais do que apenas uma estrutura inclusiva; demanda formação contínua dos educadores para lidar com a diversidade de forma crítica e transformadora. Sem essa preparação, as atividades podem ser realizadas de maneira superficial, sem promover a real transformação social e pessoal dos jovens. Assim, a crítica recai na necessidade de uma implementação coerente e uma formação adequada que potencializem o impacto dessas atividades, fortalecendo o senso de pertencimento e autoestima.

Embora o documento sugira que essas atividades contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais, é necessário questionar como essas habilidades são avaliadas e acompanhadas ao longo do processo educativo. O desenvolvimento integral dos jovens deve ser entendido como parte de uma estratégia pedagógica contínua que articule os momentos de lazer com objetivos educacionais mais

amplos, promovendo inclusão e transformação social efetivas.

Sobre as ações culturais, o PPP destaca a importância do “Festival de Arte, Cultura, Educação e Diversidade”, denominando-o como uma ação socioeducativa.



Fonte: Fundac ,2023.

A imagem remete à "II Edição do Festival de Arte, Cultura, Educação e Diversidade da Socioeducação" de 2023, um evento que já se consolidou no calendário anual da FUNDAC. Esse festival é o momento de culminância das atividades pedagógicas desenvolvidas com os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, oferecendo-lhes um espaço para apresentar o que aprenderam ao longo desse processo. Tal culminância representa mais do que uma simples exibição; ela integra educação e cultura no desenvolvimento dos socioeducandos.

Durante o evento, os socioeducandos apresentaram diversas performances culturais, incluindo teatro, música, poesia e capoeira, evidenciando as habilidades e competências adquiridas ao longo de suas vidas, assim como das jornadas no sistema socioeducativo. Essas apresentações não apenas destacaram o desenvolvimento artístico e cultural dos jovens, mas também demonstraram a importância dessas atividades para a construção de novas perspectivas de vida.

Além de evidenciar o desenvolvimento artístico e cultural dos socioeducandos, o evento ressaltou o papel transformador da arte e da cultura como linguagens poderosas para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes. A arte, nesse sentido, transcende seu caráter estético e se torna um meio de autoconhecimento, de fortalecimento da autoestima e de potencialização da capacidade de expressão dos jovens. Por meio dessas atividades, eles não apenas encontram um espaço para se manifestar, mas também se preparam para uma reintegração mais sólida e consciente na sociedade.

Além de evidenciar o desenvolvimento artístico e cultural dos socioeducandos, o

evento ressaltou o papel transformador da arte e da cultura como linguagens poderosas para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes. A arte, nesse sentido, transcende seu caráter estético e se torna um meio de autoconhecimento, fortalecimento da autoestima e potencialização da capacidade de expressão dos jovens. Por meio dessas atividades, eles encontram não apenas um espaço para se manifestar, mas também uma preparação para uma reintegração mais sólida e consciente na sociedade.

Ao explorar a dimensão cultural e artística no sistema socioeducativo, o festival revela como essas expressões são fundamentais para a construção de novas perspectivas de vida. No entanto, uma reflexão crítica se faz necessária: o impacto real dessas ações depende de sua continuidade e de como são integradas ao cotidiano pedagógico. É preciso garantir que esses momentos de culminância sejam acompanhados por um processo pedagógico que dialogue com as demandas individuais e coletivas dos socioeducandos, proporcionando um caminho efetivo para sua emancipação e reinserção social.



Fonte: FUNDAC, 2023

Outra iniciativa no campo esportivo foi a "III Edição dos Jogos Recomeçar", organizada pela FUNDAC nas unidades socioeducativas de Lagoa Seca, Sousa e João Pessoa. Esse evento, que já faz parte do calendário anual, é promovido pelo setor de Esporte, Cultura e Lazer, sob a coordenação de Nilton Santos. Os jogos têm como principal objetivo reforçar o incentivo ao esporte como linguagem de inclusão e desenvolvimento, utilizando atividades lúdicas e recreativas para promover a convivência e socialização entre os jovens.

As competições incluíram diversas modalidades, como futsal, partidas 2x2, cabo de guerra, embaixadinhas e cobranças de pênaltis. Essas modalidades foram cuidadosamente escolhidas para garantir a participação ativa dos socioeducandos, proporcionando momentos de diversão, interação e aprendizado em equipe.

A prática esportiva nesses jogos vai além da atividade física, funcionando como um instrumento para desenvolver valores como cooperação, disciplina e respeito. O esporte, nesse contexto, é visto não só como lazer, mas como um componente fundamental no processo de ressocialização dos adolescentes, ajudando a reforçar laços de convivência saudável e promovendo o bem-estar físico e emocional.

O trecho supracitado apresenta uma visão importante sobre o papel das atividades culturais, esportivas e de lazer no processo de inclusão social dos adolescentes em medidas socioeducativas, conforme descrito no Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEJ. A proposta é válida e necessária, mas uma análise reflexiva pode aprofundar a compreensão das condições para que esse processo seja realmente eficaz e transformador.

A organização de atividades culturais, esportivas e de lazer no CEJ se apresenta como um passo essencial para a inclusão social dos adolescentes. Quando essas ações são bem estruturadas, elas criam espaços de desenvolvimento pessoal e facilitam a interação social, além de possibilitar parcerias com instituições externas e programas sociais. No entanto, para que essas oportunidades sejam realmente transformadoras, é fundamental que essas atividades sejam mais do que pontuais ou recreativas. Elas devem estar inseridas em uma lógica pedagógica contínua, que considere as particularidades e vulnerabilidades dos adolescentes e se articule com um sistema de apoio sólido, promovido por políticas públicas integradas nas áreas de educação, saúde e cultura.

Nesse sentido, o trabalho em rede, quando articulado de forma eficaz com políticas públicas, amplia as chances de reintegração social ao oferecer aos socioeducandos ferramentas concretas para a construção de um futuro fora da marginalidade. No entanto, uma inclusão social bem-sucedida demanda mais do que a realização de atividades pontuais. Para que os jovens tenham acesso real a projetos de vida dignos, é crucial que o CEJ desenvolva uma articulação estreita com as políticas de Assistência Social, garantindo que eles recebam proteção e benefícios essenciais para sua reinserção. Aqui, a continuidade desse trabalho é um fator-chave: a reintegração efetiva não se limita ao período de cumprimento de medidas, mas depende de um acompanhamento que se prolongue após a saída dos adolescentes do sistema.

A eficácia dessas ações também depende de uma atuação comprometida dos profissionais socioeducativos, que precisam estar alicerçados em princípios de cidadania, dignidade humana e igualdade. Além de combater práticas discriminatórias, o foco deve ser o protagonismo dos jovens, incentivando-os a assumir um papel ativo na construção de seus projetos de vida. Essa abordagem contribui para a construção de trajetórias mais

autônomas e sustentáveis, onde os adolescentes possam ressignificar suas histórias e encontrar formas de participação social inclusiva e efetiva.

A organização de atividades culturais, esportivas e de lazer no CEJ se apresenta como um passo essencial para a inclusão social dos adolescentes. Quando essas ações são bem estruturadas, elas criam espaços de desenvolvimento pessoal e facilitam a interação social, além de possibilitar parcerias com instituições externas e programas sociais. No entanto, para que essas oportunidades sejam realmente transformadoras, é fundamental que essas atividades sejam mais do que pontuais ou recreativas. Elas devem estar inseridas em uma lógica pedagógica contínua, que considere as particularidades e vulnerabilidades dos adolescentes e que se articule com um sistema de apoio sólido, promovido por políticas públicas integradas nas áreas de educação, saúde e cultura.

Portanto, o sucesso das atividades culturais e de lazer vai além de sua execução imediata. Ele reside na capacidade de criar um ambiente de respeito, aprendizagem e, sobretudo, de ressignificação pessoal, onde os adolescentes sejam capazes de enxergar possibilidades reais de mudança e de inserção em uma sociedade que os acolha e valorize suas potências individuais.

3.1 Ressocialização Juvenil: Desafios Enfrentados e Estratégias Transformadoras

De modo geral, a educação dialógica desempenha um papel fundamental no processo de ressocialização de jovens em unidades socioeducativas. Essa abordagem pedagógica, além de criar um ambiente de escuta e reconhecimento, busca oferecer aos socioeducandos a oportunidade de expressarem suas vozes e serem ouvidos. A prática educativa dialógica, conforme defendido por Paulo Freire, nos possibilita refletir sobre uma abordagem de libertação que permite a esses jovens construírem suas identidades como sujeitos de direitos e deveres. Entendemos que essa construção é crucial para romper com a violência simbólica que o sistema, historicamente, impõe a esses indivíduos marginalizados (FREIRE, 2019, p. 55).

Adotar uma postura dialógica na educação abre amplas possibilidades para que os jovens reflitam criticamente sobre seus contextos de vida, incentivando o desenvolvimento da autoestima e a participação ativa em projetos de vida. Assim, o processo educativo transcende a simples transmissão de conhecimentos e se transforma em uma ação política e cultural de caráter libertador. Conforme enfatizado por Freire, a verdadeira participação dos oprimidos em sua própria libertação é essencial para a transformação social, exigindo um engajamento genuíno, e não uma participação

superficial (FREIRE, 2019, p. 78).

Portanto, a educação dialógica nas unidades de reclusão deve ir além da mera transmissão de conteúdos acadêmicos, incentivando o desenvolvimento crítico dos socioeducandos e capacitando-os a atuarem de maneira autônoma e consciente na sociedade. Esse processo busca uma formação integral dos indivíduos, valorizando as vozes e as experiências dos educandos.

De modo geral, a educação dialógica desempenha um papel fundamental no processo de ressocialização de jovens em unidades socioeducativas. Essa abordagem pedagógica, além de criar um ambiente de escuta e reconhecimento, busca oferecer aos socioeducandos a oportunidade de expressarem suas vozes e serem ouvidos. A prática educativa dialógica, conforme defendido por Paulo Freire, nos possibilita refletir sobre uma abordagem de libertação que permite a esses jovens construírem suas identidades como sujeitos de direitos e deveres. Entendemos que essa construção é crucial para romper com a violência simbólica que o sistema, historicamente, impõe a esses indivíduos marginalizados (FREIRE, 2019, p. 55).

Adotar uma postura dialógica na educação abre amplas possibilidades para que os jovens reflitam criticamente sobre seus contextos de vida, incentivando o desenvolvimento da autoestima e a participação ativa em projetos de vida. Assim, o processo educativo transcende a simples transmissão de conhecimentos e se transforma em uma ação política e cultural de caráter libertador. Conforme enfatizado por Freire, a verdadeira participação dos oprimidos em sua própria libertação é essencial para a transformação social, exigindo um engajamento genuíno, e não uma participação superficial (FREIRE, 2019, p. 78).

Portanto, a educação dialógica nas unidades de reclusão deve ir além da mera transmissão de conteúdos acadêmicos, incentivando o desenvolvimento crítico dos socioeducandos e capacitando-os a atuarem de maneira autônoma e consciente na sociedade. Esse processo busca uma formação integral dos indivíduos, valorizando as vozes e as experiências dos educandos.

3.2 Projetos Culturais no CEJ/FUNDAC

Destacaremos a seguir alguns projetos de ações culturais ocorridos no CEJ/FUNDAC.

Cine Clube Transformar é um projeto que leva o cinema para dentro das unidades socioeducativas da FUNDAC. Recentemente, o projeto celebrou sua 500ª exibição, e para comemorar essa conquista foi realizada uma sessão especial ao ar livre

para os jovens. Durante o evento, os adolescentes tiveram a oportunidade de deixar mensagens de otimismo e afeto, tanto para si mesmos quanto para seus entes queridos. Antes da exibição dos três curtas-metragens — *O Cordão*, *O Farol* e *Procurando Nemo* —, os jovens assistiram a vídeos enviados por seus familiares, criando um momento de conexão emocional. Após a exibição, eles participaram de um diálogo mediado pela coordenadora do eixo Abordagem Familiar e Comunitária da FUNDAC, Taiza Gomes, que estimulou a reflexão sobre os temas abordados nos filmes.



Fonte: FUNDAC, 2023.

Além das atividades do Cine Clube, os socioeducandos participaram da **Mostra de Ciência Múltiplas**, intitulada "Futuro Ancestral," promovida pela Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha. O tema foi cuidadosamente pensado para explorar o universo dos Povos Originários da Paraíba, destacando sua cultura, ancestralidade, espiritualidade e suas lutas político-sociais. Esse evento contou com diversas atividades expositivas e apresentações culturais realizadas pelos adolescentes e jovens socioeducandos, enriquecendo a experiência pedagógica. A mostra se tornou uma parte integrante do eixo de educação da FUNDAC, abrangendo várias áreas do conhecimento, como Linguagens, Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Diversidade e Profissionalização

Tanto o Cine Clube Transformar quanto a Mostra de Ciência Múltiplas representam iniciativas significativas para o desenvolvimento integral dos jovens, promovendo a reflexão, a expressão cultural e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essas experiências não apenas enriquecem a formação dos socioeducandos, mas também contribuem para sua ressocialização e empoderamento.



Fonte: FUNDAC, 2024.



Fonte: FUNDAC, 2024.

A Educação Popular tem como um de seus principais objetivos a emancipação dos jovens, buscando não apenas a libertação individual, mas também a formação de uma consciência crítica que lhes permita compreender e questionar a realidade que os cerca. Carrillo (2013) ressalta que “a educação popular tem como horizonte a construção de sujeitos autônomos, capazes de atuar coletivamente para transformar a sociedade” (p. 25). Essa perspectiva é vital para a ressocialização, especialmente para os jovens que enfrentam vulnerabilidades e exclusão social. Nesse sentido, a ressocialização refere-se ao processo de reintegração dos indivíduos à sociedade, fornecendo-lhes os instrumentos necessários para participar ativamente da vida comunitária e exercer seus direitos de forma plena. (Barros, 2022)

A construção de uma consciência crítica é, portanto, um pilar essencial para a emancipação dos jovens, permitindo que percebam as desigualdades e injustiças presentes na sociedade. Com essa conscientização, eles se tornam capazes de

mobilizar-se não apenas em defesa de suas próprias demandas, mas também em prol de uma luta coletiva por direitos e por uma sociedade mais justa. A Educação Popular, nesse aspecto, configura-se como um espaço de formação e resistência, onde os jovens assumem o protagonismo de suas histórias e da realidade social que os cerca.

A conexão entre a Educação Popular e o CEJ, conforme o referencial teórico e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) analisados, reside principalmente na centralidade dos sujeitos oprimidos como foco de suas ações. Ambas abordagens reconhecem a realidade social dos jovens atendidos e buscam, em certa medida, adaptar suas práticas educativas a essa realidade. No entanto, o CEJ não apresenta uma visão crítica e reflexiva sobre as causas sociais e políticas que contribuem para a marginalização dos jovens, deixando de abordar as estruturas que geram e perpetuam a opressão em uma sociedade marcada pela desigualdade de classes.

A Educação Popular, por outro lado, propõe uma formação que capacite os indivíduos marginalizados a exercer autonomia, com vistas à transformação social. Essa abordagem visa não apenas atender às necessidades imediatas dos jovens, mas também incentivá-los a atuar coletivamente e a questionar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. Ao promover a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a construção de um futuro mais justo, a Educação Popular oferece uma perspectiva que busca a emancipação social.

Nesse sentido, o CONANDA (2019) enfatiza a importância de os jovens desenvolverem “a capacidade de tomar decisões fundamentais, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e do bem comum” (CONANDA apud PPP, 2019, p. 80), reafirmando a necessidade de uma educação que transcenda o atendimento básico e se comprometa com a formação de uma consciência crítica.

3.3 Profissionalização no Processo de Ressocialização

É válido ressaltar que a profissionalização desempenha um papel fundamental no processo de ressocialização dos jovens em medidas socioeducativas. A FUNDAC reforça que a ressocialização ocorre, sobretudo, a partir da oferta de qualificação profissional, possibilitando a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Para isso, são oferecidos cursos e oficinas profissionalizantes em parceria com diversas instituições e órgãos (PPP, 2019, p. 62). Esse processo busca proporcionar aos socioeducandos a chance de descobrir novas áreas de trabalho, desenvolver competências e adquirir novas habilidades.

No entanto, esses cursos devem ser planejados com base nos desejos e

expectativas específicas dos jovens, de modo a melhor atender suas necessidades e facilitar a transição para o mercado de trabalho. Muitas vezes, os cursos são desenvolvidos de forma abrangente, visando atender um público geral, o que pode deixar de lado particularidades e aspirações individuais desses jovens.

É importante entender que a profissionalização vai além da simples oferta de cursos; trata-se de um mecanismo fundamental para a transformação social. Ao ampliar as oportunidades para que os jovens possam reconstruir suas trajetórias por meio do trabalho, a profissionalização contribui para romper o ciclo de exclusão e vulnerabilidade em que muitos se encontravam antes das medidas socioeducativas. Ela não apenas prepara para o mercado de trabalho, mas também promove a reintegração social e a possibilidade de mudança de vida.



Fonte: FUNDAC, 2024.

A imagem mostra os socioeducandos que participaram do curso profissional de barbeiro, oferecido pela FUNDAC em parceria com o Instituto de Pesquisa e Promoção do Desenvolvimento e Sustentabilidade (IPPEDS). O principal objetivo desse curso foi capacitar 17 jovens do Centro Educacional Juvenil (CEJ), preparando-os para a inserção no mercado de trabalho.

Ao final do curso, os jovens participaram de uma ação social, onde puderam aplicar na prática os conhecimentos adquiridos. Essa atividade foi realizada em benefício dos moradores da Casa de Acolhimento Adulto I, em João Pessoa, Paraíba. Segundo o documento (PPP), essa prática permitiu que os socioeducandos desenvolvessem suas habilidades profissionais e contribuíssem positivamente para a comunidade ao seu redor. Essa experiência prática não só reforçou a formação técnica dos jovens, mas também promoveu um importante sentimento de cidadania e solidariedade, mostrando como o aprendizado pode impactar vidas e comunidades.



Fonte: FUNDAC, 2024.

Outro curso profissionalizante, destacado no documento anexo ao PPP, é voltado para a Instalação e Manutenção de Ar Condicionado, destinado a 22 socioeducandos, e irá preparar os jovens para a função de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com competência, disciplina e ética, além de desenvolver habilidades específicas da área. O curso está sendo promovido pela FUNDAC. Além do curso de Instalação e Manutenção e do curso de Barbeiro, também está sendo ofertada uma formação para Auxiliar de Padeiro, dentro da Padaria Escola da FUNDAC, com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas ao comércio e à indústria de panificação, uma vez que, segundo a FUNDAC, o setor tem carência de profissionais qualificados.



Fonte: FUNDAC, 2024.

Além dos cursos profissionalizantes Além dos cursos profissionalizantes, o documento ressalta que a FUNDAC, em parceria com o Governo da Paraíba, o Ministério

Público do Trabalho e o Senac, busca fortalecer o Programa de Aprendizagem, visando a garantir a qualificação profissional e facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho. A proposta anunciada é que, por meio desse programa, adolescentes e jovens possam se capacitar para funções administrativas, com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que estabelece parcerias com empresas de telecomunicações, como a AeC e a Brisanet, criando novas oportunidades de inserção profissional para os jovens.

Para o PPP, o processo de ressocialização, nesse contexto, é um dos pilares fundamentais para a reintegração de jovens em conflito com a lei, especialmente dentro das unidades socioeducativas. Esse processo, no entanto, deve ser encarado como uma ação coletiva e integrada, e não de forma isolada. A ressocialização exige a articulação de diversas estratégias que não apenas capacitem os jovens, mas também fortaleçam sua reinserção social de maneira sustentável.

Assim, a ressocialização na unidade socioeducativa do CEJ enfrenta vários desafios que permeiam as ações educativas desenvolvidas pela FUNDAC. Essas ações são fundamentadas em diversas disciplinas, contemplando as áreas jurídica, pedagógica, social, psicológica, filosófica, política e ética. Além disso, refletem uma realidade institucional incompleta que requer uma abordagem democrática no atendimento. Dentre os desafios, destaca-se a diversidade dos fundamentos das ações, que devem ser entendidas como um conjunto dinâmico capaz de apoiar a construção de instituições e servir de base para as ações de ressocialização, estando em constante diálogo com uma realidade repleta de dificuldades. Outro desafio significativo é o alinhamento dos fundamentos teóricos com a prática cotidiana do CEJ, que nem sempre é fluido, podendo haver discrepâncias entre o que se propõe nos documentos institucionais e o que realmente acontece nas interações diárias com os jovens.

No que tange os fundamentos pedagógicos, a LDB enfatiza que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana e nas instituições de ensino” (LDB, 1996), é inevitável reconhecer que a educação é um processo amplo e colaborativo, envolvendo o Estado, famílias e outros atores sociais. Portanto, é necessário que o CEJ ofereça um ambiente educacional inclusivo e diversificado, uma educação integral que contemple o desenvolvimento social, emocional e cívico dos jovens. Contudo, para que haja a transição de uma “educação bancária” para uma “educação libertadora”, necessita de um trabalho que seja contínuo que promova a conscientização dos educandos. Freire (2019, 56) ressalta que a educação deve ser um processo que humaniza, não um mecanismo que aliena. Logo, é necessário superar a concepção tradicional de ensino que perpetua relações de

dependência entre o educador e educando, promovendo uma dinâmica horizontal de aprendizado.

Além disso, o PPP destaca a importância da formação continuada para os socioeducadores e profissionais que atuam nas unidades socioeducativas. O documento enfatiza que é essencial que esses profissionais recebam capacitação especializada, abordando tanto as dinâmicas específicas da ressocialização quanto os direitos dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Essa formação é crucial para garantir que os educadores atuem de forma competente, criando um ambiente acolhedor e respeitoso, além de considerar as particularidades e necessidades individuais de cada jovem. (PPP, 2019, p. 36)



Fonte: FUNDAC, 2024.

A imagem ilustra a colaboração entre a Escola Cidadã Integral Socioeducativa e a FUNDAC durante a jornada pedagógica, que reuniu cerca de 100 educadores dos Centros de Educação (CEJ). O principal objetivo do encontro foi a organização do calendário escolar, das avaliações e das atividades extracurriculares, elementos fundamentais para uma gestão educacional eficaz. O evento contou com a participação do professor Rafael Ferreira de Souza Honorato, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que conduziu uma palestra sobre desenvolvimento curricular para adolescentes e jovens em privação de liberdade. Durante a apresentação, foram discutidos aspectos importantes relacionados à política de educação integral, destacando-se a necessidade de um currículo que responda às demandas específicas desse público, promovendo uma educação inclusiva e transformadora.

Assim, a implementação de uma prática educativa realmente eficaz exige um compromisso contínuo com o desenvolvimento e capacitação dos educadores

envolvidos. Esses profissionais precisam estar devidamente preparados para lidar com as especificidades do modelo educacional aplicado a jovens em medidas socioeducativas. Isso inclui não apenas o conhecimento técnico, mas também a capacidade de compreender e intervir nas complexidades sociais, emocionais e culturais do cotidiano desses adolescentes.

Adotar uma abordagem democrática no atendimento a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas requer, antes de tudo, o reconhecimento e a valorização de suas vozes. Isso significa ir além de uma postura acolhedora, criando um ambiente onde suas opiniões e perspectivas sejam ouvidas e consideradas no planejamento de suas trajetórias de ressocialização. O envolvimento ativo dos educandos em suas próprias escolhas e decisões é essencial para que o processo seja significativo e promova o sentimento de autonomia e responsabilidade.

Esse modelo de ressocialização demanda uma política mais potente, bem como um esforço conjunto de educadores, gestores e demais atores envolvidos. Criar condições para que os jovens não sejam apenas receptores de políticas e práticas, mas agentes ativos em sua transformação, exige uma reformulação profunda na condução do atendimento socioeducativo. A construção de um espaço de escuta e participação é crucial para que as medidas de natureza política e socioeducativa transcendam a função punitiva e se tornem realmente uma oportunidade de inclusão com possibilidade de recomeço.

Além disso, superar os desafios no CEJ é fundamental para garantir que as ações educativas não se limitem a resolver problemas imediatos, mas impactem positivamente a realidade e o futuro dos jovens. A ressocialização não é algo diretamente promovido, mas emerge como resultado das ações políticas, culturais e pedagógicas implementadas por esses programas e pelo PPP. É uma consequência de práticas que visam transformar a realidade dos jovens, integrando-os de volta à sociedade de forma mais consciente e crítica, permitindo que se reintegrem com uma nova perspectiva de vida, abrindo portas para oportunidades reais de crescimento pessoal e profissional. Só assim é possível romper o ciclo de exclusão que muitos enfrentam.

A proposta pedagógica registrada no Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma meta ambiciosa, pois promete não apenas a reintegração social dos jovens, mas também uma transformação abrangente da sociedade. Entretanto, para alcançar esses objetivos, é fundamental que haja concretude entre o que o documento vislumbra e a realidade cotidiana dessa instituição. É fato que todo projeto é uma projeção que nem sempre resulta em tudo o que anuncia, mas precisa demonstrar coerência em seu processo de construção desde o ponto de partida, para que consiga dar conta da complexidade da

realidade que pretende transformar. O PPP anuncia a intenção de construir ações educativas baseadas em princípios éticos, políticos e humanos, que reconheçam a dignidade dos jovens e promovam práticas colaborativas entre educadores e educandos. Portanto, esse deve ser o foco do trabalho.

Assim, entende-se que essa visão só será concretizada se houver um enfrentamento direto dos obstáculos que permeiam a articulação entre políticas públicas, formação profissional dos educadores e o alinhamento das práticas pedagógicas.

4. Resultados da Pesquisa: consonâncias e dissonâncias

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, analisamos o PPP do CEJ/FUNDAC e destacamos contribuições do campo da Educação Popular (EP) para a educação dos jovens em processo de ressocialização.

- **Valorização da Inclusão e Diversidade:** O PPP do CEJ destaca a importância de atividades que considerem a diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente inclusivo. Esse reconhecimento da pluralidade de identidades reflete princípios da EP, que visa um espaço educativo sensível às diferenças.
- **Atribuição de Valor Educativo às Atividades Socioculturais:** O CEJ propõe a integração de atividades de lazer, esporte e cultura como parte do desenvolvimento pessoal dos adolescentes, alinhando-se à ideia de EP, que valoriza o aprendizado em diversos contextos e promove uma formação abrangente.
- **Formação para a Cidadania:** O PPP visa desenvolver habilidades sociais, cognitivas e emocionais nos jovens, convergindo com os objetivos da EP de construir sujeitos autônomos e críticos.

Dissonâncias Observadas:

- **Fragmentação entre Educação Escolar e Socioeducativa:** O PPP parece delegar a responsabilidade da formação cidadã exclusivamente à escola, fragmentando a educação formal das ações socioeducativas. A EP, por outro lado, propõe uma visão integral, onde a formação cidadã é contínua e ocorre em diversos espaços.
- **Visão Bancária de Educação:** Ao restringir a educação cidadã ao espaço escolar, o PPP reforça uma concepção “bancária” de educação, onde a escola é vista como o principal transmissor de conhecimentos. A EP freireana contrapõe essa visão com uma abordagem crítica e emancipatória, que valoriza os saberes prévios dos sujeitos e promove a construção coletiva do conhecimento.

- **Implementação Limitada de Diversidade e Inclusão:** Embora o PPP contemple a inclusão em atividades de lazer e cultura, é necessário questionar a efetividade prática dessas diretrizes. A EP enfatiza a importância de metodologias sensíveis e uma formação contínua dos educadores para garantir que as ações inclusivas sejam de fato significativas e não superficiais.
- **Ausência de Análise Crítica das Causas Sociais da Marginalização:** O PPP do CEJ não aborda criticamente as causas estruturais da exclusão social. A EP, por sua vez, busca envolver os sujeitos marginalizados na reflexão sobre as estruturas que mantêm desigualdades, fomentando uma consciência crítica.
- **Falta de Continuidade no Acompanhamento Pós-Medida Socioeducativa:** A EP defende a formação de sujeitos reflexivos, críticos e combativos, e não a simples "ressocialização." O PPP, entretanto, não apresenta uma articulação robusta entre o período de medida socioeducativa e políticas de assistência social para continuidade do acompanhamento.

Essas consonâncias e dissonâncias sugerem pontos de aprimoramento no PPP do CEJ, indicando a necessidade de transcender a visão bancária e integrar a formação cidadã e a construção de uma consciência crítica de maneira contínua e integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a questão de pesquisa e o objetivo de identificar contribuições potenciais da Educação Popular para a ressocialização dos jovens atendidos pelo CEJ, esta investigação buscou, por meio de uma análise crítica do Projeto Pedagógico (PPP), entender de que forma os fundamentos da EP se refletem — ou poderiam se refletir — nesse contexto. Embora o PPP do CEJ não adote plenamente uma perspectiva freireana, observa-se que a aplicação dos princípios da Educação Popular apresenta tanto potencialidades quanto desafios para o aprimoramento das práticas educativas no CEJ.

Em primeiro lugar, aspectos pontuais do PPP, como a preocupação com o desenvolvimento integral dos jovens e a oferta de atividades profissionalizantes, indicam esforços direcionados à valorização dos educandos e à inserção social. No entanto, esses esforços tendem a adotar uma perspectiva predominantemente técnica, muitas vezes voltada para o mercado de trabalho, que não necessariamente contempla os elementos críticos e emancipatórios característicos da Educação Popular. Essa visão voltada para o trabalho, embora relevante, pode limitar o processo de conscientização dos jovens sobre as causas estruturais da sua condição social, afastando-os da reflexão crítica acerca da própria trajetória e dos desafios impostos pela sociedade.

A partir da análise crítica do PPP, observou-se que a possibilidade de incluir práticas mais dialógicas e colaborativas, conforme propõe a EP freireana, ainda enfrenta limitações tanto estruturais quanto metodológicas. Esses obstáculos refletem as tensões entre uma abordagem que promove a participação ativa e a valorização da identidade cultural dos jovens e uma lógica institucional que, frequentemente, prioriza a adaptação dos educandos às normas vigentes, sem necessariamente promover o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A EP, se adotada de forma mais sistemática e adaptada ao contexto do CEJ, poderia contribuir para criar um ambiente favorável à formação de redes de apoio e promover a cooperação entre os jovens, elementos essenciais para a construção de trajetórias de vida mais autônomas e conscientes. Ao incentivar práticas pedagógicas que promovam o diálogo, a Educação Popular pode ser um meio para que os educandos percebam as contradições sociais e construam uma compreensão mais ampla de suas próprias capacidades de transformação.

Desse modo, este estudo conclui que as contribuições potenciais da EP para a ressocialização no CEJ dependem de um esforço contínuo de alinhamento entre as práticas pedagógicas e os princípios da educação crítica, que vão além da mera capacitação técnica. A efetividade desse processo dependerá do compromisso em adotar abordagens mais democráticas, que integrem a realidade dos jovens e possibilite a criação de espaços de escuta, reflexão e participação ativa. Assim, embora o PPP do CEJ não incorpore claramente os valores da EP freireana, ele apresenta uma base que, com ajustes e reflexões críticas, poderia transformar-se em um meio institucional de educação inclusiva tendo em vista uma possível ressocialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Marcus Vinicius Alencar. A ressocialização do apenado como fator determinante para aplicação do princípio da humanização. [2022]. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/377773/a-ressocializacao-do-apanado-e-a-aplicacao-do-principio-da-humanizacao>. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 71. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUNDAC. Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (FUNDAC). Disponível em: <https://fundac.pb.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

STRECH, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

TAPIA, Eloisa Veloso Rodriguez. Princípio penal da ressocialização, medidas de segurança e reabilitação psicossocial em saúde mental: uma interface jurídico conceitual. [2014]. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+ELOISA+VELOSO+RODRIGUEZ+TAPIA2.pdf>.

Acesso em: 28 set. 2024.

UNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO JOVEM – CEJ. Projeto Político Pedagógico. Disponível em: <https://fundac.pb.gov.br/arquivos/03-ppp-cej-jp-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

